

## Minutas da sessão aberta do grupo técnico para as águas ocidentais austrais, Madrid, 2 de Março de 2015

---

**1. Plano de devoluções demersais para as águas ocidentais austrais (CCR-Sul)** (Sessão aberta do grupo técnico para as águas ocidentais austrais).

**Localização:** Secretaria General de Pesca (Dirección General de Recursos Pesqueros y Acuicultura, Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente), Calle Velazquez 144 28006 Madrid. Spain (SP)

**Data & Hora:** 2 de Março de 2015 (2015.03.02), 14h00– 16h00

**2. Agenda inicial.** Troca de opiniões CCR Sul e Comissão. Exceções: Flexibilidade interespecies; *De minimis*; Alta sobrevivência; MLS.

**3. Participantes:** Mathieu Reunavot (*Adjoint au chef de Bureau*, DPMA/SDRH/BGR, French administration), Ramon de la Figuera (chairman, SP administration), Pilar (IEO, SP), Rodrigo Ataíde Dias (DG-MARE C2, European Commission), João Pereira (IPMA, Portuguese PT), Cristina Rosa (DGRM, PT administration), Tereza Fonseca (SWWAC), Mercedes Rodríguez Moreda (OP-LUGO, SP), Julien Lamothe (Pêcheurs de Bretagne, FR) e 2 indivíduos não identificados. O representante da administração belga teve de sair mais cedo.

### 4. Resumo da reunião

**4.1 Introdução.** Ramón de la Figuera, representante do governo espanhol começou a reunião. Explicou que a reunião incluiria também o que foi discutido na reunião da manhã, e informou sobre o plano de trabalho. O plano de trabalho para o plano das devoluções demersais será finalizado até maio, e será apresentado à comissão. Atualmente o grupo de peritos de controlo das águas ocidentais austrais só existe através de e-mails. Por enquanto o trabalho irá concentrar-se nas obrigações de desembarque 2016 (LO).

**4.2 Definição das pescas e seleção para a obrigação de desembarque 2016 (LO).** Uma tabela intitulada “Pescarias dirigidas ao stock irão cair abaixo da obrigação de desembarque até 2016 (pescarias muitas vezes mistas)” foi apresentada. Esta tabela contém as pescarias selecionadas para a obrigação de desembarque 2016 agregadas por CIEM (Conselho Internacional para a Exploração do Mar) zona (VIIIabd, VIIIc e IXa) e espécies-alvo (pescada, lagostim, linguado e solha). Durante a reunião, a tabela das pescarias foi alterada de acordo com o que foi discutido. Mercedes Moreda expressou a sua preocupação com a inclusão da rede de arrasto pelo fundo (OTB)  $\geq$  navios de 70 mm, e os navios no plano de recuperação para a pescada do sul (plano de recuperação da pescada do sul e do lagostim, SHNRP) nas zonas CIEM VIIIc e IXa. Este plano de recuperação não conta os dias de viagem de pesca (para o regime de esforço da pescada) quando o navio captura menos de 8% de pescada da captura total. Mercedes Moreda mostrou alguma preocupação sobre como coordenar estas normas. Ramon Figuera concordou com a questão sobre o regime de esforço de pesca no plano de recuperação para a pescada do sul. Uma nota foi adicionada à tabela: “(regime de esforço da pescada do sul)”. Rodrigo Ataíde mostrou alguma preocupação com a menção SHNRP no plano de devolução, porque este plano de recuperação é para revisão. Rodrigo Ataíde recomenda uma abordagem mais pragmática, para evitar a ligação com o SHNRP. Julien Lamothe referiu que não há OTB com malhagem inferior a 100 mm dirigida à pescada no CIEM VIIIabde (permitido reter apenas 20% devido às regras de composição da captura). A tabela (onde “OTB  $\geq$  70 mm” no VIIIabde dirigida à pescada) foi corrigida em conformidade: “OTB superior ou igual a 100 mm” (cuada  $\geq$ 100mm). Mercedes Moreda observou que o mesmo vale para os espinhéis

(LLS) no VIIIc e IXa. Várias notas foram adicionadas (em negrito vermelho). A tabela final (durante a reunião) é apresentada abaixo.

Tabela. Pescaria dirigida ao stock que ficará sob a obrigação de desembarque 2016 (na maioria pescarias de espécies mistas). Artes: rede de arrasto pelo fundo (OTB), redes de tresmalho (GTR), redes de arrasto (BT), palangres (LLS), rede de arrasto de parelha pelo fundo (PTB), rede de emalhar (GNS). Unidade funcional (FU).

Zona CIEM	Espécies alvo	pescarias	(Exclusão & questões)
VIIIabde	Linguado	OTB entre 70-100 mm GTR superior ou igual a 150 mm BT superior ou igual a 70 mm	
VIIIabde	Pescada	PTB superior ou igual a 100 mm OTB superior ou igual a 100 mm LLS GNS superior a 80 mm	(20% limite de capturas de pescada)
VIIIabde	Lagostim	OTB superior ou igual a 70 mm	
VIIIc & IXa	Pescada	PTB superior ou igual a 70 mm OTB superior ou igual a 70 mm GNS entre 80-99 mm LLS	(regime de esforço da pescad do sul)  (tamanho do anzol, congro)
VIIIc & IXa	Lagostim	OTB superior ou igual a 70 mm	(dentro do FU)
IXa	Linguado & solha	GTR superior ou igual a 100 mm	

A linha de cima desta tabela foi adicionada neste relatório. Nota: BT deve ser alterado para TBB.

### 4.3 Isenções.

**4.3.1 Isenção de sobrevivência do lagostim.** Matthieu Reunavot informou sobre a elaboração de um documento sobre a sobrevivência do *lagostim* com a indústria (para responder ao STECF, comité científico, técnico e económico da pesca). Atualmente, o estudo abrange apenas o Golfo da Biscaia, mas a ideia é incluir a totalidade das águas ocidentais austrais. O relatório relembra todos os estudos efetuados sobre a sobrevivência do lagostim (e devoluções), incluindo informações detalhadas sobre todos os ensaios. Este estudo irá abordar as diretrizes. Para este estudo, os dados OBSMER são utilizados. Um estudo português (Castro et al. 2003. A eficácia de libertar o lagostim capturado como medida de gestão. Investigação pesqueira 65, 475-484) tem uma visão interessante que apoia a isenção de obrigação de desembarque para estas espécies. Foi mencionado que um estudo mais recente sobre a sobrevivência do lagostim para as águas portuguesas foi realizado. Matthieu Reunavot informou que o grupo de trabalho (WG) aceitará documentos relevantes, se o CCR Sul conhecer algum documento que pode ser de interesse. Rodrigo Ataide perguntou se o WG tinha abordado a questão do território, ou seja áreas de prevenção. Ramon Figuera respondeu que não era um problema porque a pesca do lagostim acontece apenas em unidades funcionais bem separadas (FU). Julien Lamothe mencionou que a necessidade de devolver o lagostim é um aspeto relevante. Se as devoluções do lagostim não são abordadas, há uma grande probabilidade de que as possibilidades de pesca possam diminuir. O CCR águas ocidentais setentrionais concordou com a isenção do lagostim para o mar Céltico. Um documento está a ser preparado, e deverá ser finalizado em Março. A sobrevivência do peixe-chato (grande) foi lembrada por Julien Lamothe.

**4.3.2 Tamanhos mínimos de referência de conservação para a pescada no CIEM VIIIc-IXa,** isenção de indivíduos de tamanho inferior (entre 20-27cm) para ser vendido. Uma proposta preliminar para o STECF será preparada (provavelmente 10% limite de quota). Foi perguntado “Quando são as próximas reuniões STECF?” Rodrigo Ataide não sabe. Rodrigo corrigiu que as questões devem ser enviadas à

Comissão, a qual enviará para o STECF. Rodrigo informou que o próximo plenário já tem um elevado número de questões na agenda. A carta deve ser preparada para o dia 17 de Março. Rodrigo Ataide recomenda que a revisão dos tamanhos mínimos de referência de conservação (MCRS) da pescada deve ser realizada com a colaboração de cientistas.

**4.3.3 Seletividade *De minimis* para o linguado (OTB e redes de tresmalho).** Duas questões: i) grande fração de sobrevivência do linguado. Os pescadores não entendem por que devem desembarcar o linguado. ii) Embora o nível atual de devoluções é baixo, o nível de consumo é elevado. Manter a bordo será um problema. Não há dados científicos que demonstram que o linguado tem uma alta taxa de sobrevivência, de modo que o WG prefere aplicar a isenção *de minimis* para o linguado. Isso visa evitar o consumo da quota. Como as artes são supostas ter como alvo o linguado, é difícil aumentar a seletividade.

**4.3.4 Isenção para produtos danificados (“dañado por quellas o pulgas”).** Uma referência à isenção para produtos danificados (predação e gincanas) será provavelmente incluída (um parágrafo) no plano de devoluções demersais, para reforçar esta questão. De referir que esse problema está a ser tratado no Omnibus e é coberto pela PCP. Ramon informou que os Estados Membros devem aplicar as isenções *de minimis* adicionais, mas por agora vão se concentrar nas obrigações de desembarque 2016.

**4.4 flexibilidade interespecies (quota aumenta).** A Comissão considera que o stock deve abranger limites biológicos de segurança para permitir a utilização dos mecanismos de flexibilidade entre espécies. Dois aspetos relacionados com o limite biológico de segurança são: i) biomassa (B) e ii) mortalidade por pesca (F). Biomassa acumulada e uma grande probabilidade de estar acima do limite biológico de segurança permitido para o Bpa (pa = Abordagem de precaução). A mortalidade por pesca abrange a Fpa (mortalidade por pesca de precaução). Ramon Figuera mostrou alguma preocupação por poder ser muito restritiva. Em primeiro lugar, é necessário perguntar ao CIEM se o stock está em boas condições. É muito cedo para ter um debate. No entanto, foi referido que embora 2019 esteja longe, está perto no tempo. Quanto ao Bpa e Fpa, Rodrigo Ataide informou que apenas quando estiverem reunidas duas condições, e uma vez identificado o stock a flexibilidade interespecies será permitida. No caso demersal, é necessário desembarcar pelágicos. No caso de escassez de dados sobre as espécies, é necessário considerar uma abordagem caso a caso. Rodrigo Ataide acredita que a Comissão irá abordar esta questão no próximo ano com as possibilidades de pesca. Por enquanto, continua a ser um problema. O CIEM irá aconselhar o aumento da quota. Para os pelágicos as devoluções são insignificantes. Com os demersais há outra questão, é necessário ver caso a caso. O exemplo do peixe chato foi lembrado por Ramon Figuera. De acordo com Rodrigo Ataide, os Estados Membros precisam conhecer toda a informação sobre a mortalidade por pesca. Por exemplo uma pesca alvo terá uma mortalidade de pesca, bem como uma mortalidade relacionada com a pesca que captura (mas não tem como alvo) determinadas espécies.

**4.5 Opinião do CCR Sul.** Duas perguntas foram dirigidas ao CCR Sul. 1. “Qual é a opinião do CCR Sul sobre o faseamento?” 2. “Quais são as lacunas que existem no plano de devoluções? (ou seja aquelas que irão implicar perguntas por parte dos operadores)?” Mais isenções serão provavelmente incluídas, e estas devem ser vistas como um “pacote” inteiro (respondeu Julien Lamothe). Julien Lamothe referiu-se à importância de “uma pescaria, uma espécie” e às isenções do linguado. O CCR Sul informou que não existe nenhum acordo entre os membros do CCR Sul quanto ao faseamento da obrigação de desembarque.

**4.6 Opinião da Comissão.** Pergunta à Comissão: “Qual é o prazo final?” 1 de Junho é o prazo para a submissão da recomendação conjunta (JR). A recomendação conjunta será enviada para o STECF, onde será analisada durante o plenário do STECF em Julho. Os atos delegados deverão estar prontos até meados de Outubro. Rodrigo Ataide respondeu que a Comissão está preocupada com o aumento

biológico, e como irá ocorrer este aumento. Em relação ao aumento da quota, cuidado com a atribuição, por exemplo, não deve atribuir um aumento a uma pescaria que não tem devoluções. Matthieu Reunavot perguntou “Como implementar um aumento da quota a uma pescaria que tem espécies com isenções *de minimis*? A Comissão está a trabalhar sobre esta questão?” Rodrigo respondeu que um documento está a ser preparado (não abrange muito as questões *de minimis*). O TAC está associado à mortalidade por pesca das espécies-alvo. Alguns casos irão incluir uma isenção *de minimis*. Rodrigo Ataide explicou que não está a trabalhar neste documento e por isso não pode entrar em muitos detalhes.

**4.7. Fim da reunião.** A reunião terminou às 2h00. Datas importantes (em 2016) para relembrar: **11 de Março** – Reunião da Direção-Geral. **17 de Março** – reunião da direção do CCR Sul. Documento preliminar sobre o plano de devolução demersal será apresentado à Direção-Geral.

Tereza Fonseca, Março 2015